



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO TOCANTINS - CAMPUS GURUPI
CURSO SUPERIOR LICENCIATURA EM ARTES CÊNICAS**

MICHELLE PEREIRA DE SOUZA

O DESPERTAR PELA DOCÊNCIA ATRAVÉS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

GURUPI – TO

2019

MICHELLE PEREIRA DE SOUZA

DESPERTAR PELA DOCÊNCIA ATRAVÉS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em Artes
Cênicas do Instituto Federal do Tocantins –
Campus Gurupi, como exigência à obtenção do
grau de Licenciado em Artes Cênicas.

Orientadora: Prof. Especialista Milene Lopes dos
Santos Queta.

GURUPI – TO

2019

SOUZA, Michelle Pereira de.

O Despertar pela docência através do estágio supervisionado/ Michelle Pereira de Souza. – Gurupi - TO, 2019. F. 57.

Monografia (Licenciatura em Artes Cênicas) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins-*Campus* Gurupi - TO, 2019.

Orientadora: Prof. Esp. Milene Lopes dos Santos Queta.

1. Formação docente. 2. Estágio. 3. Educação Inclusiva. I. O Despertar pela Docência Através do Estágio Supervisionado.

MICHELLE PEREIRA DE SOUZA

O DESPERTAR PELA DOCÊNCIA ATRAVÉS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em Artes
Cênicas do Instituto Federal do Tocantins –
Campus Gurupi, como exigência à obtenção do
grau de Licenciado em Artes Cênicas.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA AVALIADORA

Professora Esp. Milene Lopes dos Santos Queta. (Orientadora)
Presidente
IFTO – *Campus* Gurupi - TO

Professor Mestre Brenno Jadvas Soares Ferreira
Membro da Banca
IFTO – *Campus* Gurupi - TO

Professora Mestre Edna Maria Cruz Pinho
Membro da Banca
IFTO – *Campus* Gurupi - TO

Dedico este trabalho a 03 mulheres que sempre foram figuras de grande importância em minha vida: Minha mãe Domingas P. Borges, Tia Eva P.Borges e Vovó Jovita P.Carvalho, mulheres que sempre me ensinaram a amar as coisa, mas simples da vida.

Michelle Pereira de Souza

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por me dar força e sempre estar do meu lado, sem ele não tinha conseguindo chegar até aqui.

A toda minha família, em especial minha mãe Domingas Pereira Borges. Por sempre ter lutado para me dar uma educação com qualidade.

Ao meu esposo Christiano Farias Soares, que por mais difícil que fossem as circunstâncias, sempre teve paciência e confiança em mim.

Aos meus tios Evandro Pereira de Carvalho e Eva Pereira Borges, e meu irmão Wesley Pereira Mariano pelos estímulos para enfrentar as barreiras da vida.

A minha amiga Shirleyanne Costa da Silva, uma pessoa doce e amável, que sempre me ajudou com os trabalhos ou com palavras de incentivo e carinho a mim.

Aos professores que tive o prazer de conhecer ao longo do Curso de Licenciatura em Artes Cênicas, e principalmente a minha orientadora Milene Lopes dos Santos Queta, que com meiguice me ajudou nesta etapa final.

Em especial para maior flor que eu tenho no meu jardim, minha filha Ana Vitória Alves de Souza.

É difícil agradecer todas as pessoas que de algum modo, nos momentos serenos ou apreensivos, fizeram ou fazem parte da minha vida, por isso agradeço a todos de coração.

Um excelente educador não é um ser humano perfeito, mas alguém que tem serenidade para se esvaziar e sensibilidade para aprender.

Augusto Jorge Cury

RESUMO

Esta monografia visa abordar como o Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Artes Cênicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins — *Campus Gurupi-IFTO*, foi importante para o meu despertar pela docência como profissão. Na construção desse trabalho de conclusão de curso, foi realizada uma pesquisa descritiva que tem como objetivo analisar algumas problemáticas que foi surgindo durante a trajetória do Estágio Supervisionado sobre a formação do professor, a importância da disciplina de Estágio Supervisionado na formação do professor e quais são as leis que garantem Ensino nas Escolas Regulares para alunos com Necessidades Educacionais Específicas. Essa monografia traz também, um relato de experiência sobre as vivências do Estágio Supervisionado I, II e III na escola-campo, e no último tópico aborda o Estágio IV, projeto de intervenção “*A arte de ler encenada com prazer: Teatro e leitura despertando a criatividade*”, a execução desse projeto teve como objetivo ajudar os alunos com dificuldades na leitura e escrita. E por fim, a conclusão do presente trabalho acadêmico evidenciando a importância do Estágio que favoreceu o contato com o contexto escolar e seus atores, e ajudou conhecer a realidade dos desafios e as conquistas dos envolvidos no processo educativo. O Estágio foi de extrema importância para aprofundar os conhecimentos sobre a teoria e a prática educativa no processo de ensino e aprendizagem no universo das Artes Cênicas.

Palavras-chave: Formação Docente. Estágio. Educação Inclusiva.

ABSTRACT

This monograph aims to address how the Supervised Internship of the Degree in Performing Arts of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Tocantins - *Campus Gurupi-IFTO*, was important for my awakening by teaching as a profession. In the construction of this work, a descriptive research was carried out to analyze some problems that arose during the trajectory of the Supervised Internship on the training of the teacher, the importance of the Supervised Internship in the training of the teacher and which are the laws that guarantee Teaching in Regular Schools for students with Specific Educational Needs. This monograph also brings an experience report about the experiences of Supervised Stage I, II and III in the school-camp, and the last topic deals with Stage IV, project of intervention "*The art of reading staged with pleasure: Theater and reading awakening creativity*" the implementation of this project aimed to help students with reading and writing difficulties. And finally, the conclusion of the present academic work evidencing the importance of the Internship that favored the contact with the school context and its actors, and helped to know the reality of the challenges and achievements of those involved in the educational process. The Internship was extremely important to deepen the knowledge about educational theory and practice in the process of teaching and learning in the universe of the Performing Arts.

KEYWORDS: Teacher training, internship, inclusive education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Entrada da Escola-Campo.....	24
Figura 2 – Pátio da Escola	26
Figura 3 – Jogo do Coelho Sai da Toca	40
Figura 4 – Espaço Utilizado para Aulas de Artes.....	40
Figura 5 – Janela da Biblioteca.....	41
Figura 6 – Enchendo os Balões.....	41
Figura 7 – Montando Frases com palavras que estavam nos balões	42
Figura 8 – Momento em que os alunos estavam lendo as frases.....	43
Figura 9 – Leitura de Livros: Sabedoria em Parábolas	44
Figura 10 – Contação de História com Objeto.....	45

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO SUPERIOR.....	12
2.1 Trajetória do Estágio na escola-campo.....	24
2.2 As políticas públicas que garantem a inclusão escolar	30
3. PROJETO DE INTERVENÇÃO: A Arte de Ler Encenada com Prazer - Teatro e Leitura Despertando a Criatividade	37
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	47
ANEXOS	52

1. INTRODUÇÃO

Esta monografia é fruto de uma pesquisa descritiva e de um relato de experiência vivenciada durante o Estágio Supervisionado do Curso Licenciatura em Artes Cênicas, e devido a sua natureza, peço permissão ao leitor para construir o texto em primeira pessoa, evitando assim, prejuízo à essência do trabalho. Irei iniciar o texto com a frase clássica: Era uma vez, uma caloura do curso de Licenciatura em Artes Cênicas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - *Campus* de Gurupi, no semestre letivo de 2014/1, que nunca havia se visto como professora, principalmente de Artes Cênicas. Cada dia que passava se sentia um peixe fora d'água. Pensou em trancar o curso por várias vezes, mas como sempre, sua mãe e seu esposo não deixavam desistir.

E assim ela resolveu dar-lhe uma oportunidade de interagir com o universo inusitado do mundo das artes. Começou desenvolvendo um trabalho acadêmico aqui, outro ali, quando percebeu já estava no 4º período do curso, onde iria iniciar a disciplina do Estágio Supervisionado, com esse contato direto com os alunos em sala de aula, despertou uma vocação que até então se encontrava adormecida, que foi o interesse pela docência como profissão, na sala de aula com alunos com Necessidades Educacionais Específicas.

O leitor encontrará nessa monografia, um relato dos desafios e aprendizados, que tive durante dois anos de Estágio Supervisionado, dando ênfase principalmente no Estágio IV, Projeto de Intervenção: “A arte de ler encenada com prazer: teatro e leitura despertando a criatividade”; que foi desenvolvido com os alunos do ensino fundamental da primeira fase, que estavam com dificuldade de aprendizagem no Centro Educacional Fé e Alegria Paroquial Bernardo Sayão, em Gurupi - TO.

Um dos objetivos de salientar as vivências do Estágio Supervisionado nesse trabalho de conclusão de curso foi porque através do aprendizado adquirido, acabaram surgindo algumas inquietações do tipo, como iniciou a formação do professor? Qual é a importância da disciplina de estágio na formação do professor? Quais são as leis que garantem ensino nas escolas regulares para alunos com necessidades educacionais específicas? O interesse para compreender melhor, cada uma dessas problemáticas me instigou a fazer algumas pesquisas bibliográficas em Leis brasileiras, livros e artigos de alguns estudos como Selma Garrido Pimenta, Dermeval Saviani, Olga Reverbél, Viola Spolin, Romeu Kazumi Sassaki e entre outros autores.

O presente trabalho acadêmico está estruturado da seguinte forma, no primeiro capítulo situarei o leitor com um breve histórico sobre a formação do professor e a disciplina de Estágio Supervisionado no Ensino Superior. Para essa contextualização, iniciarei a partir do Decreto das Escolas de Primeiras Letras, de 15 de outubro de 1827. Em 1930 o Estágio passou a fazer parte do currículo da formação acadêmica, uma vez que na década de 1940 começaram a surgir normas legais que buscavam regulamentar o Estágio Supervisionado e a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96 o Estágio passa a ser obrigatório, com a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008 o Estágio é regulamentado.

O primeiro capítulo está composto de dois subtítulos, o primeiro traz um relato das experiências do Estágio I ao III, que teve como parceira a escola-campo Centro Educacional Fé e Alegria Paroquial Bernardo Sayão. Durante o período de Estágio, me deparei com a Inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Específicas no Ensino Regular, mas com o ponto positivo, uma vez que a escola-campo está parcialmente adaptada com rampas, portas alargadas, sinalização, sanitários adaptados e sala de recursos multifuncional. No segundo subtítulo trarei algumas Políticas Públicas que garantem a Inclusão Escolar no Ensino Regular para alunos com Necessidades Educacionais Específicas.

O terceiro capítulo, fala sobre o Projeto de Intervenção “*A arte de ler encenada com prazer: Teatro e leitura despertando a criatividade*”, onde foi trabalhado o Teatro de Contação de História com Objetos, descrevendo relatos acontecidos no decorrer dessa etapa, fatos que se tornaram importantes, tanto para minha vida pessoal como profissional. Por fim, no quarto capítulo são inseridas as considerações finais.

2. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO SUPERIOR

A Educação Brasileira ao longo dos anos passou por inúmeras lutas, mas neste material irei abordar sobre a trajetória da disciplina de Estágio na formação do professor. O Estágio Supervisionado é também chamado de Estágio Obrigatório ou Estágio Curricular. Esses termos se referem à disciplina de Estágio que faz parte das atividades curriculares de instituições educacionais de ensino médio, técnico e superior.

O Estágio oferece ao educando a oportunidade de colocar em prática o conhecimento adquirido nas aulas teóricas que de acordo com Pimenta (2012 p.15), “Não tem sido raros professores e alunos clamarem por ‘mais prática’, uma vez que consideram os

cursos ‘muito teóricos’”. Seguindo o pensamento de Pimenta (2012 p. 15), “as aspirações por ‘mais prática’ frequentemente têm sido direcionadas ao Estágio Supervisionado”. Sendo assim podemos observar a oportunidade ímpar que a disciplina de Estágio pode propiciar ao discente a vivenciar uma prática de conhecimento investigativa própria, numa realidade na qual poderá atuar.

A disciplina de Estágio nos cursos de licenciatura não vem com objetivo de separar teoria da prática e nem a prática da teoria. Mas sim, unir esses dois pontos cada dia mais, e assim buscar incansavelmente à indissociabilidade entre elas, acerca do processo de ensino e aprendizagem. A disciplina de Estágio tem carga horária estipulada no currículo do curso, e o estagiário não tem nenhum vínculo trabalhista com a instituição parceira.

De acordo com BURIOLLA (1999, P. 13), conforme citado por Marran e Lima no seu trabalho de mestrado (2011, p. 5), o Estágio curricular é o “[...] lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativo e sistematicamente com essa finalidade [...]”. Complementando este pensamento Pimenta (2012 p. 27) ainda afirma que “Estágio curricular entendem-se as atividades que os alunos deverão realizar durante o curso de formação, junto ao campo futuro de trabalho”.

Analisando os textos citados acima, é importante lembrar que essa prática é desenvolvida sob a supervisão de dois professores da formação do curso, que irão orientar e corrigir as atividades desenvolvidas pelos estagiários. É importante ressaltar nesse trabalho também, que existem outros cursos de graduação que exigem dos discentes não só o Estágio Supervisionado, mas também o Estágio Profissional, entendido como componentes da fase de formação. A diferença entre o Estágio Supervisionado para o Estágio Profissional é conforme Passerini (2007, p. 30, apud Januário 2008 p. 3) nos informa:

O *Estágio Curricular Supervisionado* [é] aquele em que o futuro profissional toma o campo de atuação como objeto de estudo, de investigação, de análise e de interpretação crítica, embasando-se no que é estudado nas disciplinas do curso, indo além do chamado *Estágio Profissional*, que busca inserir o futuro profissional no campo de trabalho de modo que este treine as rotinas de atuação. (JANUÁRIO 2018 p. 3)

Como exemplos, podem ser mencionados, os cursos de medicina, que exigem o Estágio Supervisionado e o Estágio Profissional, enquanto os cursos de licenciatura só solicitam o Estágio Supervisionado.

Objetivo desse trabalho não é investigar as mazelas do Estágio e nem da formação do professor aqui no Brasil, mas sim captar possíveis avanços que tivemos entre esses dois pontos de pesquisa, partindo de 1827. Por isso resolvi fazer uma retrospectiva histórica sobre a formação do professor.

A preocupação com a formação do professor não é coisa recente aqui no Brasil, cada período foi marcado por fatos econômicos, políticos e culturais. De acordo com os estudos feitos, tal preocupação surge de forma explícita após a independência, quando se começa a cogitar a organização da instrução popular brasileira. Para essa instrução popular começar quando Dom Pedro I decretou em 1827 a Lei das Escolas de Primeiras Letras, Saviani (2009 p. 143) no seu artigo *Formação de professores aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro*, ele dividiu em seis períodos a história da formação de professores no Brasil.

O primeiro período que Saviani (2009, p. 144) aborda é *Ensaio Intermittentes de Formação de Professores 1827-189*. Esse período se iniciou com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruírem no método do ensino mútuo às próprias expensas. Isso se estendeu até 1890, quando prevaleceu o modelo das Escolas Normais. De acordo com estudos feitos nesse período de 1827 até 1890 encontrei algumas características que descrevem a Disciplina de Estágio.

Através do Decreto das Escolas de Primeiras Letras de 15 de outubro de 1827, que determinava a criação de Escolas Primárias usando o método lancasteriano ou também conhecido como mútuo. Saviani (2008, p. 128), conforme citado por Moraes no seu artigo *A Escola de Primeiras Letras no Brasil Império (2017, p. 130)*, explica o que era o método Lancasteriano:

Joseph Lancaster criou o método mútuo, também chamado de monitorial ou lancasteriano, baseava-se no aproveitamento dos alunos mais adiantados como auxiliares do professor no ensino de classes. Embora esses alunos tivessem papel central na efetivação desse método pedagógica, o foco não era posto na atividade do aluno. Na verdade, os alunos guindados à posição de monitores eram investidos da função docente. [...]. SAVIANI (2008, p. 128, apud MORAIS, 2017 p. 130).

Ao estudar sobre o método mútuo, percebeu-se que nele se encontra uma metodologia usada semelhante ao Estágio Supervisionado, que é a supervisão do professor regente sobre o trabalho pedagógico, onde o aluno que se destacava dos demais se tornava monitor da turma.

Mas isso acontecia pela falta de professores que preenchessem essas vagas na época e por causa da remuneração pelo serviço que era muito baixa. Problema que o Brasil

ainda vem enfrentando, principalmente nos estados mais carentes. Essa carência de professores acaba respingando no aprendizado do aluno, principalmente pelo déficit de professores habilitados. Por mais que um professor se prepara didaticamente para ministrar uma disciplina na qual ele não é formado, é nítido a falta de intimidade dele com o conteúdo.

No artigo 5º do Decreto das Escolas de Primeiras Letras/1827, o professor teria que arcar financeiramente com sua própria formação nas capitais das províncias, conforme podemos ver no artigo abaixo:

Art 5º Para as escolas do ensino mútuo se aplicarão os edifícios, que houverem com suficiência nos lugares delas, arranjando-se com os utensílios necessários á custa da Fazenda Pública e os Professores; que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e á custa dos seus ordenados nas escolas das capitais. (BRASIL, 1827).

O Decreto das Escolas de Primeiras Letras, já mencionado anteriormente, estipulava no artigo 3º a remuneração dos professores e mestres, no artigo 6º definia o currículo que os professores deveriam ensinar aos alunos, no artigo 11º determina escola para meninas na época. Nesse período o professor não tinha nem um apoio financeiro das Províncias.

Só em 1834, a Instrução Primária e Secundária passa a ser responsabilidade de todas as Províncias, após a promulgação do Ato Adicional¹ e assim os governantes das províncias teriam que se adaptar com o modelo de ensino da Europa na formação do professor. Iniciando-se assim, a criação das Escolas Normais no Brasil.

A partir do século XIX, em 1835 foi criada a primeira escola de formação de professores na capital da Província do Rio de Janeiro — Niterói, pela Lei nº 10 do mesmo ano, onde seguia o modelo Europeu e tinha o objetivo de habilitar as pessoas que pretendiam seguir a carreira da docência e também para aquele professor que não tivesse adquirido a necessária instrução nas escolas de ensino mútuo. E assim como Niterói, outras províncias criaram suas Escolas Normais.

Segundo Saviani (2009, p. 144), as escolas foram surgindo na seguinte ordem Bahia 1836, Mato Grosso 1842, São Paulo 1846, Piauí 1864, Rio Grande do Sul 1869, Paraná

¹ O Ato Adicional de 1834 foi um conjunto de alterações introduzidas na Constituição de 1824. Teve por principais características a instituição da Regência Una de Feijó e a maior autonomia das províncias. Foi uma tentativa de conter os conflitos entre liberais e conservadores nas disputas pelo poder Político Central (CURADO, 2018, p. 2).

e Sergipe 1870, Espírito Santo e Rio Grande do Norte 1873, Paraíba 1879, Rio de Janeiro (DF) e Santa Catarina 1880, Goiás 1884, Ceará 1885 e Maranhão 1890.

Os resultados alcançados por essas escolas normais foram desanimadores, o número de professores formados era menor do que se esperava. E isso acabou fazendo o funcionamento da escola de Niterói ser curto, ela só funcionou quatro anos, e assim como as demais citadas por Saviani, que eram abertas, fechadas e reabertas periodicamente, tendo existências intermitentes. Conforme explica Pimenta:

Os cursos de formações de professores para as séries iniciais do 1º grau, como sabemos denominavam-se “Escolas Normais” até a Lei nº 5.692/72, quando passaram a chamar-se “Habilitação ao Magistério”. As Escolas Normais foram objeto de legislação nacional única com as Leis Orgânicas do Ensino (especificamente, com o Decreto-lei nº 8.530/46- Lei Orgânica do Ensino Normal). (PIMENTA, 2012, p. 28-29).

Antes do Decreto-lei de Lei Orgânicas do Ensino Normal de nº 8.530/46, cada estado possuía sua própria legislação e analisado essa legislação, Pimenta (2012, p. 29) traz alguns currículo de ensino, que era adotada por cada estado na época, que visava à preparação dos professores:

Em Goiás, conforme o Decreto nº 229/37, a Prática Profissional deveria ser feita em “aulas-modelos, preparo das lições e lições práticas, sendo matéria do último ano escolar, visando à aquisição da Técnica Metodológica e da Prática dos processos e métodos de ensino, durante uma semana e meia”. Havia ainda a disciplina “Didática”.

No rio Grande do Sul havia as disciplinas “Didática e Prática da Educação Primária” nos dois anos do curso.

Em Santa Catarina, “Prática de Ensino” e “Prática Pedagógica” além de “Metodologia” como disciplina. (PIMENTA, 2012, p. 29).

Continuando na linha de pensamento de Pimenta (2012, p. 29), temos também o currículo.

No Paraná, “Metodologia e Prática de Ensino” e no Rio de Janeiro somente “Prática de Ensino” como disciplina.

Na Bahia havia “Didática”, “Metodologia Geral” e “Metodologia Especial”, todas como disciplinas. A última consistia em apresentação prática dos métodos e processos preferidos pelo professor [...]. Estes deveriam também reger classes durante duas semanas nos últimos anos do curso.

No Piauí, a formação era em 5 anos, dos quais 3 preparatórios e 2 profissionais, onde se realizava “a prática profissional sob forma de regência [...]”. (PIMENTA, 2012, p. 30 e 31).

Nesse texto de Pimenta, podemos encontrar fragmentos da Disciplina de Estágio na formação do docente, embora ela apresentasse outra denominação que variava de acordo com currículos de cada região.

Adotando o segmento de Saviani sobre a história da formação de professores no Brasil, passarei para segundo período que o autor denominou de *Estabelecimento e Expansão do Padrão das Escolas Normais de 1890 até 1932*, cujo marco inicial foi a reforma paulista da Escola Normal, tendo como anexo a escola-modelo.

De acordo com estudos feitos também nessa fase de 1890 até 1932, percebe-se que esse período ficou entre o século XIX e século XX, de acordo com Marcílio (1992, p. 108), a reforma criou um sistema escolar, “que ia do ensino primário e secundário à Escola Normal e ao superior, incluindo a criação do jardim-de-infância e do Ginásio, tornando-se o paradigma para todo o país”. Nesse período os professores tinham conhecimento prático e não apresentavam uma formação acadêmica.

Somente em 1930 que o Estágio passou a fazer parte do currículo da formação acadêmica, para Pinto (2013, p. 11):

O estágio passou a existir no Brasil, em 1930 com a evolução da indústria brasileira, sob a rubrica de “trabalhos escolares”. As primeiras regulamentações foram o Decreto nº 20.294 de 12 de agosto de 1931, as Leis Orgânicas de Ensino Industrial (DL 4.073/1942) e Comercial (DL 6141/1943), e desde então tinha como objetivo central a complementação da aprendizagem porém não havia de fato uma legislação expressiva sobre o tema. (PINTO 2013, p. 10).

Seguindo a linha de estudo de Saviani (2009, p. 145) cheguei ao terceiro período que ele denominou de *Organização dos Institutos de Educação* que foi de 1932 até 1939, cujos marcos foram às reformas de 1932 com Anísio Teixeira no Distrito Federal, e a reforma de 1933 de Fernando de Azevedo em São Paulo. Nesse período os institutos de educação abriram uma nova fase na história da formação de professores no Brasil dando origem aos cursos de licenciatura e de pedagogia instituídos em 1939.

A preocupação em formar professores para o Ensino Secundário, o que corresponde hoje os atuais anos finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, se deveu ao avanço da industrialização no país. Esse aumento na indústria trouxe a necessidade de mais mão de obra qualificada e isso causou a necessidade de implantar universidades para formar mais professores, pois, até então, o ofício era comumente exercido por profissionais liberais ou autodidatas.

E assim iniciou o quarto período que Saviani (2009, p. 146) chama de *Organização e Implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e Consolidação do Modelo das Escolas Normais 1939 até 1971*. Os Institutos de Educação do Distrito Federal e

de São Paulo foram elevados ao nível universitário, tornando-se a base dos estudos superiores de educação.

A partir do Decreto 1.190 de 04 de abril de 1939, deu-se a organização definitiva da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e dos cursos de formação de professores para as Escolas Secundárias. Resultou-se, da orientação desse decreto o esquema 3 + 1², adotado nos cursos de Licenciatura e Pedagogia.

As Leis Orgânicas do Ensino de 1942 até 1946, também conhecidas como Reforma Capanema, tinha como objetivo estrutura o Ensino Normal de acordo com o contexto econômico e social da época. Saviani (2011b, p. 269 apud Brighente; Mesquida 2013, p. 231) traz uma ordem cronológica sobre as Leis Orgânicas:

Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de Janeiro de 1942, que organizou o Ensino Industrial.

Decreto-Lei n.º 4.048, de 22 de Janeiro de 1942, que criou o Senai.

Decreto-Lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942, que organizou o Ensino Secundário.

Decreto-Lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, que organizou o Ensino Comercial. (Saviani (2011b, p. 269 apud Miriam Furlan Brighente; Peri Mesquida 2013, p. 231.)

Complementando este pensamento cronológico de Saviani, em 1946 tivemos mais 04 Leis Orgânicas sendo elas.

Decreto-Lei n.º 8.529, de 2 de Janeiro de 1946, que organizou o Ensino Primário.

Decreto-Lei n.º 8.530, de 2 de Janeiro de 1946, que organizou o Ensino Normal.

Decreto-Lei n.º 8.621 e 8.622, de 10 de Janeiro de 1946, que Criaram o Senac.

Decreto-Lei n.º 9.613, de 20 de Agosto de 1946, que organizou o Ensino Agrícola. (Saviani (2011b, p. 269 apud Miriam Furlan Brighente; Peri Mesquida 2013, p. 231.)

Nesse período e no seguinte, a educação sofreu fortes influências das tendências liberais tecnicista, cuja ideologia era formar técnicos profissionais, de forma rápida, para atender ao mercado de trabalho. Na década de 1940, começaram a surgir normas legais que

² O famoso “esquema 3+1”, pela qual era feita a formação de bacharéis nas diversas áreas das Ciências Humanas, Sociais, Naturais, nas Letras, Artes, Matemática, Física, Química. Seguindo este esquema, o curso de Pedagogia oferecia o título de bacharel, a quem cursasse três anos de estudos em conteúdos específicos da área, quais sejam fundamentos e teorias educacionais; e o título de licenciado que permitia atuar como professor, aos que, tendo concluído o bacharelado, cursassem mais um ano de estudos, dedicados à Didática e a Prática de Ensino. O então curso de Pedagogia dissociava o campo da ciência Pedagogia, do conteúdo da Didática, abordando-os em cursos distintos e tratando-os separadamente, esse esquema 3+1 vigorou até 1941. (BRITO, 2015? p. 1).

buscavam regulamentar o Estágio Supervisionado. Nessa direção Colombo e Ballão (2014, p. 4), colocam:

Desde a década de 1940, diversas normas legais buscaram regulamentar o estágio no Brasil. As principais delas analisadas nesta pesquisa foram: o Decreto-Lei nº 4.073/42, a Portaria nº 1.002/67 do Ministério do Trabalho, o Decreto nº 66.546/70, o Decreto nº 75.778/75, a Lei nº 6.494/77 e o Decreto nº 87.497/82. Também foram considerados os pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) interpretando a aplicação das normas já citadas. (COLOMBO e BALLÃO 2014, p. 174).

O quinto período, Saviani chama de *Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério* de 1971 até 1996. O golpe militar de 1964 exigiu adequações no campo educacional, foi modificado o Ensino Primário e Médio, alterando sua denominação respectivamente para Primeiro Grau e Segundo Grau. Nessa nova estrutura desapareceram as Escolas Normais. Em seu lugar foi instituída a Habilitação Específica de 2º Grau para o exercício do Magistério de 1º Grau.

Pelo Parecer de nº 349/1972, a Habilitação Específica do Magistério foi organizada em duas modalidades básica sendo a primeira com duração de três anos que habilitaria a lecionar até 4º série. E a segunda durava quatro anos, Habilitando ao Magistério até 6º série do 1º Grau. Em 1983 o governo lançou o projeto Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério mais conhecido como CEFAM³.

O Ministério da Educação expediu em 2003, CNE/CEB 35/2003 (p. 3), no qual esclarece que: “A Lei Federal n.º 6.494/77, que “dispõe sobre os Estágios de estudantes de estabelecimentos de Ensino Superior e de Ensino Profissionalizante de Segundo Grau e Supletivo” define algumas regras importantes para orientar esses Estágios Supervisionados”. De acordo com os artigos da Lei Federal n.º 6.494/77, determina regras importantes para orientar esses Estágios Supervisionados, são elas:

Art. 1º - As pessoas Jurídicas de Direito Privado, os Órgãos de Administração Pública e as Instituições de Ensino podem aceitar, como estagiários, alunos regularmente matriculados e que venham frequentando, efetivamente, cursos vinculados à estrutura do ensino público e particular, nos níveis superiores, profissionalizantes de 2º Grau e Supletivo.

§ 1º - O estágio somente deverá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiências práticas na linha de formação, devendo o estudante, para esse fim, estar em condições de estagiar, segundo disposto na regulamentação da presente Lei.

³ Conforme o documento de 1983 o CEFAM é definido como: Uma Escola Normal que continuará, em sua dimensão maior, cuidando da formação e preparação do professor para o magistério da pré-escola e das quatro séries iniciais do 1º grau. (PIMENTA, 2012, p. 142).

§ 2º - Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem a serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumento de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

Art. 2º - O estágio, independentemente do aspecto profissionalizante, direto e específico, poderá assumir a forma de atividades de extensão, mediante a participação do estudante em empreendimentos ou projetos de interesse social. (BRASIL, 1977).

Para complementar ainda mais o Estágio Supervisionado a Lei Federal n.º 6.494/77 determina ainda.

Art. 3º - A realização do estágio dar-se-á mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante e a parte concedente, com interveniência obrigatória da instituição de ensino.

§ 1º - Os estágios curriculares serão desenvolvidos de acordo com o disposto no parágrafo 2º do Artigo 1º desta Lei.

§ 2º - Os estágios realizados sob a forma de ação comunitária estão isentos de celebração de termo de compromisso.

Art. 4º - O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e o estagiário poderá receber bolsa, ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, ressaltando o que dispuser a legislação previdenciária, devendo o estudante, em qualquer hipótese, estar segurado contra acidentes pessoais.

Art. 5º - A jornada de atividade em estágio, a ser cumprida pelo estudante, deverá compatibilizar-se com o seu horário escolar e com o horário da parte em que venha a ocorrer o estágio. Parágrafo único – Nos períodos de férias escolares, a jornada de estágio será estabelecida de comum acordo entre o estagiário e a parte concedente do estágio, sempre com a interveniência da instituição de ensino (BRASIL, 1977).

E assim cheguei no 6º e último período, que Saviani (2009, p. 146) chamou de *Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o Novo Perfil do Curso de Pedagogia* de 1996 até 2006. Em 1996 o Estágio Supervisionado de Licenciatura passa a ser uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96, e seu Artigo 82, define que “os sistemas de ensino estabelecerão as normas para a realização dos Estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição”. As Resoluções CNE/CP n.º 1/2002 e CNE/CP n.º 2/2002 instituíram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena e a respectiva carga horária dos cursos. O que torna nítida a relevância atribuída aos estágios curriculares supervisionados durante o processo de formação do futuro docente.

Em 2008, a Lei de n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto de Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei de n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos de 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de

1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências; em seu Art 1º, define o que é o estágio e onde deve ocorrer:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL Lei nº 11.788, de 25 de set. 2008).

Essa Lei fortalece o Estágio Supervisionado e ele passa a ser considerado um importante recurso pedagógico no desenvolvimento dos profissionais de licenciatura, tornando o mesmo um componente curricular essencial para se aperfeiçoar a teoria ensinada nas universidades com a prática vivenciada nas unidades escolares. Nesta concepção compreende-se, que o Estágio Supervisionado antecede a profissão de professor, e possibilita compreender a carreira docente e decidir sobre ela. Roesch (1999, p. 21) ressalta:

É mais amplo e realista ao esclarecer que o estágio, além de aplicar na prática os conhecimentos teóricos adquiridos ao decorrer do curso, procura também analisar a possibilidade de sugerir mudanças no mercado de trabalho, já que possibilita ao aluno aprofundar uma área de interesse e testar a habilidade deste no estágio. (ROESCH 1999, p. 21).

Essa oportunidade de aprofundar na área na sala de aula, que possibilitou a oportunidade de conhecer a escola com um novo olhar, dessa vez como estagiária, uma pessoa que começou a contribuir com o ensino e aprendizado dos alunos. Esse aprofundamento me fez compreender, certas burocracias internas que a equipe da escola tem que resolver, para que os alunos tenham um ensino cada dia com mais qualidade.

De acordo com Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes Cênicas do dia 08 de agosto de 2014, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins-*campus* Gurupi, o Estágio Curricular Supervisionado é:

Entendido com atividade de campo em que ocorrem relações de ensino-aprendizagem estabelecidas entre o Professor Supervisor de estágio da IES, Professor Orientado, Supervisor de Estágio da Unidade Concedente e o Estagiário, [...]” sob a responsabilidade de um profissional já habilitado e está devidamente fundamentado nas normas estabelecidas na Resolução CNE/CP nº 2/2002, pela Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008 que disciplina sobre o estágio para estudantes e nas Resoluções nº 24/ 2011/CONSUP/IFTO, nº 45/2012/ CONSUP/IFTO, nº 51/2016/ CONSUP/IFTO, que dispõe sobre a Organização Didática Pedagógico do IFTO. (PPC do Curso de Licenciatura em Artes Cênicas 2014, p. 39).

O PPC do Curso de Licenciatura em Artes Cênicas (2014, p. 40) do doravante IFTO *campus* Gurupi, ressalta também que “o Estágio Curricular Supervisionado é concebido a partir de competências teórico-prático, as quais devem conter 400 horas obrigatórias, distribuídas em quatro momentos que são atividades de observação, observação participativa, regência e projeto de intervenção”. De acordo Gisi et al (2009 “n.p”), ressalta que:

Entende-se o estágio como uma oportunidade de inserção numa realidade, no caso, escolas de educação básica, permitindo a confrontação do saber acadêmico com o saber da escola, permitindo aos estudantes apreender como se dão as relações de trabalho. O exercício de inserção e distanciamento, quando permeado de análises do processo vivenciado, prepara o futuro professor para a possibilidade de contribuir com a formação. (apud STAH e SANTOS, 2012, p. 6).

Dessa forma é importante ressaltar que a oportunidade que o estágio nos oferece enquanto discentes e futuros educadores, nos fazem encarar as contingências diárias de uma sala de aula. Pois através do mesmo comecei a refletir sobre a profissão do professor e os diversos desafios e possibilidades de fazer a diferença na vida dos alunos.

Defendendo o Estágio Curricular Obrigatório, Carlos Roberto Jamil Cury (2003, p. 113), afirma que “O momento do saber não está separado do momento do fazer, e vice-versa, mas cada qual guarda sua própria dimensão epistemológica”.

Todas as Instituições de Nível Superior precisam ofertar o Estágio para seus alunos, conforme determina o Art. 4º, da Lei nº 11.778/2008 que orienta que “A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável”.

O Estágio Curricular desempenha um importante papel na formação acadêmica, uma vez que de acordo com Freire (1996, p. 22):

A reflexão crítica sobre a prática é um dos momentos fundamentais para que os aprendizes possam repensar e melhorar a próxima ação. É por meio dessa atividade que ocorre a superação de uma postura ingênua da docência, tornando um profissional mais capacitado para lidar com a complexidade do ato de ensinar. (FREIRE (1996, p. 22).

A formação de um novo profissional é fortemente influenciada pelo Estágio Curricular, onde o acadêmico tem a possibilidade de se situar no contexto de sua área de atuação, podendo trabalhar com a teoria e prática, e vivenciar experiências de outros

profissionais. E assim, compartilhar seus conhecimentos, dúvidas e curiosidades, além de experimentar uma profissão.

A prática favorece a reflexão sobre a teoria, o estudo e a aproximação do acadêmico com a realidade em que vive, se tornando indissociável da vida acadêmica, que segundo Marran (2011, p. 3):

A compreensão da indissociabilidade das dimensões teórica e prática da realidade na qual o profissional vai edificar a sua identidade a partir da dinamicidade, entre o saber e o saber fazer, entre situação de formação e situação de trabalho, poderá contribuir para o seu aperfeiçoamento e o entendimento da ação formativa como dimensão permanente na área profissional tanto em nível graduação (crescimento horizontal), quanto na busca pela formação na área da pesquisa, dentre outros (crescimento vertical). (MARRAN 2011, p. 3).

Os saberes se concretizam e são dinamizados através do Estágio Curricular, sendo que Peres e Martins (2011, p. 5) afirmam que “o professor desenvolver em sua prática pedagógica a discussão sobre variadas questões e valores humanos fundamentais para uma vida social mais justa e igualitária”. Assim sendo, Fusari e Ferraz, 1993, p. 20) esclarecem:

Para isso é preciso que o professor organize um trabalho consistente, através da Arte, inter-relacionado com a sociedade em que eles vivem. Entendemos que é possível atingir-se um conhecimento mais amplo e aprofundado da arte, incorporando ações como: ver, ouvir, mover-se, sentir, pensar, descobrir, exprimir, fazer, a partir dos elementos da natureza e da cultura, analisando-os refletindo, formando, transformando-os. É com essa abrangência que a arte deve ser apropriada por todos os estudantes, indiscriminadamente. (FUSARI & FERRAZ, 1993, p. 20).

Nessa direção, “a experiência no Estágio Curricular Supervisionado em teatro se constitui num importante espaço pedagógico no percurso formativo dos licenciados em teatro” (ALMEIDA JUNIOR, 2013, p. 2). O acadêmico que passa pelo Estágio Supervisionado tem a oportunidade de desenvolver competências e habilidades, que segundo Scalabrin e Molinari, (2013, p. 20):

O aprendizado é muito mais eficiente quando é obtido através da experiência; na prática o conhecimento é assimilado com muito mais eficácia, tanto é que se torna muito mais comum ao estagiário lembrar-se de atividades durante o percurso do seu estágio do que das atividades que realizou em sala de aula enquanto aluno (SCALABRIN e MOLINARI, 2013, p. 20).

O Estágio representa a possibilidade de a universidade integrar com o local campo, abrindo horizontes para ambos, pois oportuniza a troca de saberes e experiências, já que “o Estágio Supervisionado vai muito além de um simples cumprimento de exigências

acadêmicas. Ele é uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional. Além de ser um importante instrumento de integração entre universidade, escola e comunidade” (BERNARDY e PAZ, 2012).

Essa oportunidade ímpar abriu horizontes para mim, enquanto acadêmica entrar em contato com o contexto escolar e ampliar a visão sobre a educação, em especial sobre o ensino de Artes Cênicas, bem como, favoreceu uma profunda reflexão sobre a importância dessa etapa para a formação acadêmica e sua atuação futura. Diante disso, surgiu a iniciativa de abordar sobre a trajetória do Estágio na escola campo, descrita a seguir.

2.1 Trajetória do Estágio na escola-campo

O presente tópico tem como objetivo relatar minha trajetória na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Graduação de Licenciatura em Artes Cênicas do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins-*Campus* Gurupi. A disciplina de Estágio iniciou-se no 4º período do dia 26 de outubro de 2015, onde se teve como parceira a escola-campo Centro Educacional Fé e Alegria Paroquial Bernardo Sayão, localizada na Avenida Maranhão esquina com a Rua 11 nº 1327, centro, na cidade de Gurupi - TO.

Figura 1 – Entrada da escola campo



Fonte – acervo pessoal (2017).

A referida escola foi fundada em 1959, atendendo o público oriundo da classe popular da região, é uma instituição conveniada com o Governo Estadual e o programa Fé e

Alegria do Brasil⁴. O quadro de funcionários da escola-campo no ano de 2015 que eu fiz o Estágio era composto por 71 pessoas ao todo e 640 alunos matriculados. Hoje em 2019 a escola se encontra com 79 funcionários e 579 alunos matriculados, e desses alunos matriculados 50 tem alguma Necessidade Educacional Específica. Para a concretização deste trabalho, foi feita uma análise minuciosa nos relatórios do Estágio e extraído do mesmo as experiências relevantes que contribuíram para o despertar do interesse pela prática docente. Como já foi citada nessa monografia, a disciplina de Estágio nos cursos de licenciatura não vem com objetivo de separar teoria da prática e nem a prática da teoria. Por isso as metodologias utilizadas para cumprir as metas do Estágio na parte teórica foram realizado encontros presenciais de caráter semanal, no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins, doravante IFTO, com o professor/orientador da disciplina na época, Paulo Reis Nunes.

Na primeira semana de aula, o professor Paulo Reis abordou sobre a importância do estágio para formação do acadêmico e os cuidados que deveríamos ter com a escola-campo, na qual foi desenvolvida a leituras de textos que me auxiliaram na elaboração de alguns planos de aulas e projetos.

A partir daí iniciou-se a parte prática na escola campo. O Estágio era para ser realizado por quatro estagiários, mas só permaneceram três, sendo elas, Domingas Pereira Borges, Raimunda Barreira de Macêdo e Eu.

No primeiro contato com a unidade escolar fomos recebidas pela diretora, senhora Maria da Conceição T. Brito e pela coordenadora pedagógica da escola campo do estágio, as mesmas nos informaram que a escola oferece ensino fundamental da 1º, 2º fases e educação especial. No decorrer da conversa a coordenadora apresentou o horário das aulas da disciplina de artes, falou um pouco sobre o cotidiano da escola e explicou que nem todos os professores lecionam na sua área de formação acadêmica, e assim, iríamos acompanhar as aulas de artes dos professores regentes que são graduados em Letra e História.

Essa realidade de professores do Ensino Fundamental, da aula de outra disciplina na qual ele não é formado, não é só da escola-campo e sim brasileira. De acordo com Bárbara Ferreira Santos do Jornal Estadão de São Paulo (2014 p. 01), traz uma entrevista da especialista em educação pela Universidade de Harvard, Paula Louzano “o problema de forma geral não é falta de professores formados, mais sim a falta desses formados quererem ser

⁴ É uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que promove no Brasil processos educativos integrais, inclusivos e de qualidade e ações de promoção social.

professor”. Por isso que o Brasil precisa investir melhor no plano de carreira dos professores para que esses profissionais formados se interessem pela sala de aula.

O Estágio I foi de observação, leitura do Projeto Político Pedagógico (PPP), segundo esse documento, na época a escola possuía onze salas de aula com ventiladores em bom estado de funcionamento, duas Salas de Professores, uma Sala de orientação educacional. A escola dispunha também de uma diretoria, biblioteca, secretaria, auditório, sala de dança e laboratório de informática. As atividades físicas eram realizadas em uma das duas quadras de esportes, que na época não era coberta e nem tinha redes de proteção e nem iluminação. Os banheiros se encontravam em um local acessível, para todos os alunos e principalmente os alunos com Necessidades Educacionais Específicas, e assim também os 03 bebedouros, como se pode ver na foto dois abaixo.

Figura 2 – pátio da escola



Fonte – acervo pessoal (2017)

A escola possuía dois almoxarifados, dois depósitos de materiais de limpeza, uma despensa e duas cozinhas. As merendeiras dispõem de um cardápio variado preparado por uma nutricionista. A escola na época não tinha refeitório, porém, a diretora nos informou que o programa Fé e Alegria já havia repassado o dinheiro pra construção do refeitório e por enquanto os alunos faziam as refeições na sala de aula.

Dando continuidade às atividades de observação, ficou evidente que as aulas de Arte dos professores regentes, eram nas turmas de 6º ao 9º. O primeiro contato dentro da sala de aula teve a presença do professor/orientador do IFTO *Campus Gurupi*, Brenno Jadvas

Soares Ferreira, que continuamente acompanhava meu trabalho dentro das salas de aula. E o mesmo sempre cobrava mais atividades que tivesse elementos teatrais.

Dessa forma, a atividade de observação proporcionava a oportunidade de começar a entender como funciona o cotidiano de uma unidade escolar, permitiu vivenciar uma profissão, que vinha sendo moldada através do aprendizado que estavam sendo construído.

Mediante a essa prática que o graduando de licenciatura consegue entender o que de fato irá enfrentar em sua futura profissão, além de permitir um aprendizado com profissional que já atuam na área.

De acordo com Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes Cênicas do doravante IFTO *campus* Gurupi (2014, p. 40), o Estágio de Observação tem como objetivo “observar a estrutura e funcionamento da escola e da sala de aula como espaço de interação sociocultural e de aprendizagem”. E assim fazer o estagiário, observar a metodologia pedagógica usada por toda equipe da unidade escolar.

Com base na experiência adquirida no Estágio I, foi dado início ao Estágio II, Observação Participativa, “o estagiário passa a colaborar nas atividades desenvolvidas pelo professor regente da turma”, de acordo o PPC de Licenciatura em Artes Cênicas (2014, p. 40) Essa nova etapa me proporcionou a oportunidade de observar e colaborar com algumas atividades em sala de aula, como ministrar algumas aulas com o auxílio dos professores regentes.

Nessa observação participativa tive a oportunidade de participar do conselho de classe da 2ª fase, junto com a equipe pedagógica da escola, onde discutiram uma política para melhorar o ensino dentro da unidade escolar, através do mesmo, foram levantados alguns apontamentos, como a ideia de se trabalhar com reforço na leitura e na matemática para alunos que se encontravam com dificuldades de aprendizagem.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Artes, 1997, p.19. “Um aluno que exercita continuamente sua imaginação estará mais habilitado a construir um texto, e desenvolver estratégias pessoais para resolver um problema matemático”. Além disso, estimular a imaginação de alunos pode ajudar na construção da identidade pessoal de cada indivíduo. Por isso que é importante que a criança tenha contato com o teatro, porque esse mundo cênico estimula a imaginação do indivíduo. Reverbel (1997, p. 25), fala da importância do uso do teatro no ensino:

O ensino do teatro é fundamental, pois, através dos jogos de imitação e criação, a criança é estimulada a descobrir gradualmente a si própria, ao outro e ao mundo que

a rodeia. E ao longo do caminho das descobertas vai se desenvolvendo concomitantemente a aprendizagem da arte e das demais disciplinas. (REVERBEL 1997, p. 25).

Por isso que é importante que as escolas invistam em projetos que estimulem a imaginação da criança, e assim poderão ajudar na construção da identidade pessoal de cada indivíduo. Refletindo no texto de Reverbel, resolvi propor a interdisciplinaridade entre o conteúdo de artes visuais, que estavam sendo aplicados pelos professores regentes da unidade escolar, com a metodologia pedagógica que foi adquirida no curso de graduação de artes cênicas. Dando sequência, ministrei alguns jogos para fazer revisão dos conteúdos e também promover interação entre os alunos. De acordo com Spolin, 2010, p. 05 “O jogo instiga e faz emergir uma energia coletiva quase esquecida, pouco utilizada e compreendida, muitas vezes depreciada.” (SPOLIN, 2010, p. 05).

Seguindo o conceito de Spolin usamos o jogo de perguntas e respostas, no qual fizemos adaptação, o mesmo funcionou da seguinte forma, meninos de um lado e meninas de outro, um representante de cada grupo pegou um papel que tinha perguntas sobre simetria, assimetria, formas livres e geométricas, artes figurativas e artes abstratas, composição tridimensional, em seguida, esse representante junto com seu grupo teve que explicar o conteúdo sorteado. O grupo que fizesse mais pontos, recebia como forma de agradecimento por ter participado, uma caixa de chocolate.

O jogo tinha como finalidade estimular os estudantes a relembrar o conteúdo estudado e assim instigar a participação de cada um deles. O objetivo da aula em meu ponto de vista foi alcançado, porque muitos ainda não tinham assimilado bem os conteúdos, e com esse jogo e com as orientações dos professores regentes e do professor/orientador Brenno J. S. Ferreira, eu juntamente com as outras estagiárias, conseguimos explanar o conteúdo e vimos o resultado na prova dos alunos. Porém, o professor/orientador Brenno Jadvas Soares Ferreira, nos orientou a trabalhar com jogos que fizessem os alunos representar ou encenar algo com o corpo. Florentino e Telles (2009, p. 52.53), ressaltam sobre o jogo teatral, afirmando que:

Na sua intensidade, o jogo teatral realizado em sala de aula apresenta um sentido de ordenação, ritmo e harmonia e, enquanto tal, resulta num todo orgânico, vivo, expressivo, capaz de lançar jogador e espectador numa experiência de troca e de partilha. (FLORENTINO e TELLES 2009, p. 52-53).

Na procura de conseguir essa harmonia que o jogo teatral traz para sala de aula, eu e as outras estagiárias começamos a buscar mais jogos teatrais que dessem para promover a interdisciplinaridade com o conteúdo de arte da escola. Porque apesar de eu ter um bom relacionamento com a turma, ainda não conseguia o domínio da classe sem a presença dos professores. Apesar dos obstáculos encontrados nessa fase de Estágio de Observação Participativa, o meu interesse pela sala de aula que tinha começado no Estágio I não diminuiu, embora tenham surgido alguns constrangimentos como: o medo de ficar a frente dos alunos na figura de professora, assim como também fazer com que os alunos ficassem comportados e prestassem atenção no que estávamos propondo. Com relação à docência, Augusto Jorge Cury (2003, p. 11). Ressalta:

Educar é acreditar na vida, mesmo que derramemos lágrimas. Educar é ter esperança no futuro, mesmo que os jovens nos decepcionem no presente. Educar é semear com sabedoria e colher com paciência. Educar é ser um garimpeiro que procura os tesouros do coração. (CURY 2003, P. 11).

E é nesse futuro que Cury traz no texto, que cheguei ao Estágio III, que de acordo o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes Cênicas (2017, pág. 40) “regência na sala de aula com desempenho de tarefas docentes pelo estagiário, sob supervisão do professor regente da turma”. O Estágio de Regência não mudou o que vinha sendo trabalhado, só os conteúdos de artes visuais que cada vez ficavam mais distantes do conteúdo de Artes Cênicas estudado dentro da academia. Apesar da grade curricular do Ensino Fundamental denominar que as escolas devem contemplar as quatro linguagens sendo, artes visuais, danças, teatro e música, os professores regentes da escola-campo focaram mais no ensino de artes visuais, conteúdo que no curso de Artes Cênicas do IFTO *Campus* Gurupi pouco se vê.

Outro problema encontrado foi a falta de espaço nas salas de aulas que dificultava a realização de determinadas atividades de Artes Cênicas, assim como o limite de tempo para a realização das atividades com os alunos, nem sempre dava para finalizar um exercício prático, essa situação dificultava um pouco a realização de algumas atividades de ensino e aprendizagem do universo do teatro. Porém é possível perceber que esse problema vem sendo enfrentado por muitos estudiosos da área, conforme apontam Florentino e Telles (2009, p. 33):

[...] Dentre os fatores que sobrevivem como fantasmas atormentando o ensino de Artes, sobressaem-se: turmas abarrotadas de alunos; espaço inadequado para a prática teatral; tempo insuficiente para preparação e desenvolvimento das aulas; má qualidade do material didático; diálogo truncado e falta de parcerias, mesmo entre

docentes; inexistência ou descontinuidade no aperfeiçoamento profissional; mentalidade servil e avessa à ousadia; e baixa remuneração dos trabalhadores da educação. (FLORENTINO e TELLES 2009, p. 33).

Cabe destacar que algumas dificuldades que Florentino e Telles abordam na citação, foram encontradas durante o estágio, situações como: turma cheia, falta de espaço e de tempo insuficiente, mas essas dificuldades fazem parte do cotidiano de muitos professores. Além dos obstáculos encontrados já citados, deparei com outra questão, que foi os alunos com necessidades educacionais específicas.

A escola está parcialmente adaptada com rampas, portas alargadas, sinalização, sanitários adaptados e salas de recursos multifuncionais. Mas observei que na aula de artes os alunos com necessidades educacionais específicas não tinham suportes de outra professora além da professora regente. Outra situação que me chamou atenção, foi o fato de duas alunas surdas que já estavam no 8º e 9º anos, não sabiam ler e nem escrever e se recusavam a aprender língua brasileira de sinais que a professora da sala de recurso multifuncional ensinava. Com base nestes enforque, o próximo tópico abordara algumas Leis que garantem a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas no ensino regular.

2.2 As políticas públicas que garantem a inclusão escolar

Sabemos que hoje no Brasil se tem uma mobilização muito grande pela inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Analisando a situação dos três alunos da escola-campo nos levam a crer que a legislação brasileira que rege a educação inclusiva nas escolas regulares ainda não está sendo totalmente satisfatória, ou devidamente cumprida. Esse fato originou um interesse particular de fazer um estudo bibliográfico sobre as leis que garantem a esses indivíduos um ensino de qualidade. De acordo com diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica (2001, p. 28):

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. (BRASIL 2001. p. 28).

Nessa direção e segundo Sasaki (1997, p. 42, apud Sonia Cupertino de Jesus 2005 p. 04), fala também que:

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambiente físicos, espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos, utensílios mobiliário e meios de transporte e na mentalidade todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais. (apud Sonia Cupertino de Jesus p. 04)).

Fazendo uma reflexão nessas duas citações acima, se percebe a importância da sociedade construir um novo conceito de vida, que respeite às pessoas com necessidades educacionais específicas.

Para tanto e “com objetivo de apoiar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, a partir de 2003, são implementadas estratégias para a disseminação dos referenciais da educação inclusiva no país” (BRASIL, 2016, p. 9). Em 1994, a Secretaria de Educação Especial do MEC (SEESP), publicou a Política Nacional de Educação Especial que classifica a educação como:

[...] um processo que visa a promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino. Sob esse enfoque sistêmico, a educação especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos (BRASIL, 1994, p.17).

Assim sendo, dentre a diversidade de singularidades e de diferenças de necessidades individuais apresentadas por alunos, sendo que cada pessoa tem uma forma distinta de aprender, suas capacidades e limitações precisam ser respeitadas para que evoluam, para isso a inclusão prevê um esforço conjunto de todos os envolvidos no contexto educativo, conforme afirma Mantoan (2006, p. 3):

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas, ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (MANTOAN 2006, p. 3).

Para que a inclusão da pessoa com dificuldades de aprendizagem ocorra, é preciso ter em mente que ela necessita de atenção, atendimento individualizado e de receber atividades apropriadas e diferenciadas conforme suas capacidades e limitações de aprendizagem, para que possa prosseguir nos estudos, removendo barreiras antes intransponíveis.

A inclusão das pessoas com Necessidades Educacionais Específicas no contexto social é iniciada na família, uma vez que, em geral esses núcleos sociais nem sempre estão preparados para lidar com a diferença e com as peculiaridades manifestadas em uma pessoa.

A inclusão “[...] é uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura, mas, principalmente, na atitude e no perceber das coisas, de si e do outrem” (CAMARGO, 2017, p. 1). A inclusão prevê que independentemente da condição, da limitação, das capacidades e/ou limitações da criança, ela tem direito à educação, conforme esclarece Brasil (1997, p. 17 – 18):

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizados. (BRASIL 1997, p. 17 – 18).

A inclusão das pessoas com Necessidades Educacionais Específicas seja na educação, no meio social ou no mundo do trabalho deve ser foco da atenção do pedagogo, uma vez que a inclusão é uma realidade nas escolas públicas e provadas. De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. (ONU, 2006).

Tanto a comunidade escolar quanto a sociedade devem estar preparadas para contribuir com a inclusão e ensinar a criança, seja ela como for, tenha as características que tiver, precisa ser ensinada e se ela não estiver aprendendo é porque a escola não está oferecendo uma educação inclusiva, por isso, os desafios a serem enfrentados pelos alunos e professores para tornar a sala de aula e a escola em ambientes inclusivos, onde todos se tornem atores da construção do conhecimento.

“No paradigma da inclusão, à sociedade cabe promover as condições de acessibilidade necessárias, a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viverem de forma independente e participarem plenamente de todos os aspectos da vida” (BRASIL, 2016, p. 9). A inclusão de pessoas com necessidades especiais no contexto social é iniciada na família,

uma vez que em geral esses núcleos sociais nem sempre estão preparados para lidar com a diferença e com as peculiaridades manifestadas em uma pessoa.

Para Pinheiro (2011, p. 14) “No contexto das políticas de inclusão, acredita-se que as relações interpessoais e autocontrole, no que se refere ao comportamento fazem parte no processo de inclusão”. A família, seja ela que não tem pessoas com deficiências ou não, precisa proporcionar oportunidades de contatos das crianças com pessoas diferentes de seu contexto e que apresentem formas distintas de agir, pensar, aprender e de se relacionar com o mundo externo. Para Rodriguez (2011, p. 3):

No caso da criança com Síndrome de Down, [...] existe uma grande necessidade que ela seja genuinamente inserida na sua família para que possamos pensar em qualquer tipo de inclusão, pois uma inclusão que não é baseada em crenças verdadeiras dos próprios pais não funciona, não vinga e não transforma aqueles que cercam a criança. (RODRIGUEZ 2011, p. 3).

A inclusão de pessoas com deficiências ou necessidades especiais de aprendizagem, seja na própria família, na educação, no meio social ou no mundo do trabalho deve ser foco de todo profissional que lida com o ser humano, para que os direitos dessas sejam observados, assegurados e cumpridos:

[...] a luta pela inclusão na nossa sociedade consiste em uma batalha muito dura. Há uma guerra travada com aqueles que não aceitam nem as próprias diferenças e vivem em busca de modelos ideais. Portanto, a família que não trabalha muito bem todas estas questões dentro de si, provavelmente terá pouca energia para ir mais longe nesta luta e, então, fica muito difícil pensar em inclusão escolar e social (RODRIGUEZ, 2011, p. 3).

Segundo Brasil (2016, p. 9), a pessoa com deficiência tem seus direitos assegurados no artigo 24, que versa sobre essa temática: “[...] para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida [...]”. (ONU, 2006)

Sabe-se que a inclusão não é fácil, devido ao (pré) conceito que a sociedade geralmente tem com relação às capacidades e limitações de indivíduos com necessidades especiais, isso volve o desafio de tornar esses cidadãos atuantes e participantes das ações e dos desafios que a vida oferece.

A inclusão representa um desafio porque “[...] é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de

identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno” (MANTOAN, 2003, p. 3).

Para favorecer a inclusão e minimizar seus impactos, o Programa Educação Inclusiva assegura o “[...] direito à diversidade, que desenvolve o amplo processo de formação de gestores e de educadores, por meio de parceria entre o Ministério da Educação, os estados, os municípios e o Distrito Federal” (BRASIL, 2016, p. 9).

Nessa direção, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como uma de suas diretrizes que:

A educação especial é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços, realiza o atendimento educacional especializado e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (Revista Inclusão, p. 15, apud BRASIL, 2016, p. 11).

Para lidar com os desafios da inclusão, desde cedo, a família precisa estar preparada, juntamente com a pessoa com necessidades especiais para enfrentar os desafios da inclusão escolar, social e profissional, para isso pode recorrer aos órgãos competentes que oportunizam a atuação de profissionais que podem ajudar nessa trajetória.

Nesse sentido a atuação dos profissionais das diversas áreas, inclusive das Artes Cênicas, junta a essas famílias é fundamental para que juntos consigam vencer as barreiras dos preconceitos e promover a inclusão da pessoa com necessidades especiais na vida família, social, estudantil e profissional. Segundo Rodriguez (2011, p. 4), “quando este trabalho é feito ou quando as famílias conseguem realizá-lo de maneira natural a criança está pronta para ser inserida numa esfera maior”.

O desafio da inclusão não é fácil, pois exige paciência, sabedoria e persistência tanto da pessoa com necessidades especiais quanto de sua família, que deve estar presente em todas as circunstâncias e reivindicar os direitos assegurados nas leis, para que a luta pela inclusão seja compensada e os preconceitos que surgirem sejam vencidos sem prejudicar o desenvolvimento global através da inclusão.

De acordo com Rodriguez (2011, p. 4), “[...] através da escola haverá uma inclusão mais contundente que colocará à prova o preconceito de cada educador com que a criança se deparar e também o dos outros pais de crianças que frequentem a mesma escola, no caso de escolas regulares”.

Para Martinho (p. 1), os estímulos recebidos pelas pessoas com deficiência representam a única diferença no processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais,

segundo ele, “a inclusão de pessoas com necessidades especiais no sistema regular de ensino é um dos mais importantes desafios vivenciados, principalmente, por educadores”.

Na escola, a criança precisa ser tratada como capaz de aprender e de evoluir, necessita de atenção, de materiais, equipamentos adequados e de profissionais preparados para lidar com a diversidade de capacidades e limitações de seus alunos:

E o ensino das crianças especiais deve ocorrer de forma sistemática e organizada, seguindo passos previamente estabelecidos. O ensino não deve ser teórico e metódico e sim deve ocorrer de forma agradável e que desperte interesse na criança. Normalmente o lúdico atrai muito a criança, na primeira infância, e é um recurso muito utilizado, pois permite o desenvolvimento global da criança através da estimulação de diferentes áreas (MARTINHO, p. 6).

As políticas de inclusão são compostas por diversos documentos que visam nortear as ações nessa área, que segundo Brasil (2016, p. 5):

A fim de subsidiar esse processo de mudança, foi elaborado um conjunto de documentos, como notas técnicas e pareceres, além de decretos e resoluções, os quais estão reunidos nesta publicação, organizada para subsidiar as discussões, ações e o controle social das políticas públicas voltadas à inclusão escolar das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (BRASIL 2016, p. 5).

Apesar de termo hoje em dia, legislações que impõe as escolas e a própria sociedade a respeita e proporcionar a essas pessoas uma condição de vida melhor o Brasil ainda precisar buscar novas formas que ajude as escolas a dispo dessas leis com qualidade e assim garantir uma inclusão de verdade e não uma integração como vem cedo em algumas unidades escolar.

De acordo como o Manual de Acessibilidade Espacial Para Escolas (2009, p. 21) “Na escola inclusiva, todos devem sentir-se bem-vindos, acolhidos e atendidos em suas necessidades específicas”. Só assim as escolas regulares irão de fato proporcionar a esses alunos um ensino digno aonde iremos ver resultado positivo no aprendizado deles, e não apenas uma integração social.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 assegura o direito à educação para todos, sem nenhum tipo de discriminação, e junto com essas duas leis citadas, encontramos no livro: Salto para o futuro (1999, p. 19 aos 24). Mais cinco leis:

Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência: Aprovado na Assembléia Geral das Nações Unidas em dezembro de 1982.

Normas Uniformes sobre a Linguagem de Oportunidades para a Pessoa Portadora de Deficiência: Aprovadas aos 20 de dezembro de 1993.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Foi aprovada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em março de 1990.

Declaração de Salamanca: Foi elaborada em decorrência da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, em junho de 1994. A Declaração expressa o princípio de integração e a preocupação com a garantia de escolas para todos, conforme estabelecido em 1990 na Conferência Mundial de Educação para Todos. (SALTO PARA O FUTURO 1999, p. 19 aos 24).

Essas Leis vêm sendo usadas como um instrumento teórico e prático para pais de crianças e jovens portadores de deficiência que estão em busca dos direitos de cidadania de seus filhos.

Segundo Bobbio (1992, p. 5) "os direitos humanos são direitos históricos que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem". Muito se tem lido e ouvido a respeito das lutas de pais e teóricos que defende a permanência dos alunos com necessidades educacionais específicas no ensino regular. Este direito, também, é reiterado no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e no Plano Decenal de Educação para Todos (MEC - 1993/2003).

A presença de alunos com deficiência, na escola comum, tem oportunizado um profundo processo de reflexão sobre a acessibilidade em todos os seus sentidos. A escolar que propõem a receber alunos especiais devem adotar algumas ações, como condições de acesso e uma atividade pedagógica que possa contribuir no ensino desses alunos e assim concretizem com êxito o seu aprendizado. Todos esses movimentos citados no texto nos permitem a perceber a luta incansável de muitas pessoas para colocar a educação especial no mesmo patamar que a educação regular.

E foi esse patamar que eu não vir dentro da sala de aula na escola-campo com os três alunos da 2º fase do ensino fundamental, que tinham necessidades educacionais especiais. Os professores regentes, explicou que a escola campo proporcionava suporte para todos os alunos que necessitavam de acompanhamento no contra turno, com as duas professoras que atendia na sala de recurso multifuncional⁵.

⁵ A sala de recursos multifuncional é um espaço físico localizado na escola pública de educação básica. Destina-se ao Atendimento Educacional Especializado – AEE, e tem como público-alvo os alunos da educação especial. O AEE é realizado em turno oposto ao da sala de aula comum e desenvolve atividades, tais como: o ensino do Braille, da comunicação aumentativa e alternativa, entre outros.

Só esse atendimento no turno oposto parecia pouco, principalmente porque duas dos três alunos eram surdas, e nem um dos professores que ministravam aulas para elas na sala regular falava libras “Língua Brasileira de Sinais”. A falta de um intérprete de Libras nas aulas era sentida na pele tanto, por me, quanto pelos professores regentes. Diante dessa perspectiva, Mendonça (2015, p. 7), esclarece que:

Quanto aos professores podemos colocar: mais estudo pelo professor para atender a todos, maior dinamização da aula, não trabalha conteúdos compartimentados, maior poder de criatividade, o ensino é compartilhado na sala como um todo, trabalho em cooperação, reorganização da escola e do professor, parceira com a família e relações sócio afetivas sem tensões competitivas, mas com espírito solidária, participativo.

Por outro lado, e visualizando toda experiência adquirida e superado os obstáculos que foram encontrados nesse um ano e meio de estágio, que iremos iniciar o tópico três, que abordara o último estágio, sendo o IV *projeto de intervenção*, onde é dada ênfase em todo o processo criativo que foi desenvolvido nesse projeto.

3. PROJETO DE INTERVENÇÃO: A Arte de Ler Encenada com Prazer - Teatro e Leitura Despertando a Criatividade

O Estágio IV é a última modalidade do estágio, que segundo o PPC de Licenciatura em Artes Cênicas do doravante IFTO campus Gurupi (2014, p. 40) o projeto de Intervenção é “Concepção, elaboração e execução de projeto de ensino na escola, com abordagem em artes cênicas – cultura – arte e/ou arte educação”. Essa ultima modalidade visa à aplicação de tudo que se foi construído no decorrer dos estágios anteriores, buscando o enriquecimento pré-profissional, o qual proporciona aos estagiários maior contato com a área de atuação futura, portanto esse momento interfere de maneira decisiva na formação profissional do futuro educador que deseja seguir com essa profissão.

Formar cidadãos ativos e pensantes não é um trabalho muito fácil e requer uma maior preparação, o que se toma indispensável o conhecimento teórico adquirido ao longo do curso de graduação, de acordo com Vasconcelos (2013, p. 3):

Teoria e prática passam a ser consideradas como elementos indissociáveis da atividade docente, uma vez que que, para se refletir sobre seu trabalho, sobre sua ação e sobre as condições sociais e históricas que lhe possibilitem uma maior compreensão e aperfeiçoamento de sua atividade educativa. (VASCONCELOS 2013, p. 3).

Dessa forma, o projeto *A arte de ler encenada com prazer: teatro e leitura despertando a criatividade*, desenvolvido no Estágio IV, tinha como objetivo, ajudar a escola no aprendizado dos alunos.

No primeiro momento o objetivo inicial era de se trabalhar com a dança afro com os alunos da 2ª fase, afim de se aproveitar o fato da escola campo já ter um grupo de capoeira, nada melhor do que aprofundar o que já estava sendo trabalhado. Para esse projeto acontecer eu, junto com mais duas estagiárias, sendo elas, Domingas P. Borges e Shirleyanne C. da Silva, marcamos uma reunião com a diretora Maria da Conceição, apresentamos a ideia, e deixamos uma cópia do projeto pra que ela fizesse a leitura com mais calma e entendesse um pouco mais do que estava sendo proposto.

A diretora pediu alguns dias para resolver como iria ficar o contrato dos professores do programa Mais Educação⁶, porque inicialmente iríamos trabalhar juntamente com eles, porém não saiu o contrato dos professores do Mais Educação. Então a diretora apresentou o projeto para as professoras do ensino fundamental da 1ª fase e as mesmas sugeriram que as estagiárias desenvolvessem um projeto que ajudassem os alunos que estão com dificuldades de aprendizagem⁷(DA).

Quando a diretora informou que teríamos que refazer o projeto, porque iríamos trabalhar com os alunos da 1ª fase e não com os da 2ª como tínhamos proposto, a referida diretora também nos informou sobre o que as professora da 1ª fase queriam, ficamos um pouco receosas mais respiramos fundo e aceitamos o desafio. Após ouvir os relatos das professoras sobre a dificuldade dos alunos com leituras e escritas, resolvemos desenvolver o projeto com leitura dramática, no qual trabalharíamos com livros infantis.

O objetivo era despertar o interesse dos alunos pela leitura através da sua própria imaginação e proporcionar a socialização entre eles. Como aponta Wallon (1989, apud Referencial Curricular do Tocantins, 2008, p. 32) “é importante trabalhar com as crianças estabelecendo uma relação entre os dois planos, sendo o mundo real e o mundo da fantasia.” Acreditando nessa junção que é possível melhorar a leitura e a escrita das crianças através de

⁶ O Programa Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017, é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola.

⁷ Dificuldades de aprendizagem aquelas que não se referem a quadros comprometedores de sintomas neurológicos, de deficiências motoras e sensoriais e de distúrbios emocionais, mas caracterizam-se por um baixo rendimento escolar, uma aprendizagem mais vagarosa e dificuldades na compreensão de conteúdos novos. (Livro: Transtorno de aprendizagem pág. 06).

textos lúdicos que montamos o projeto “*A arte de ler encenada com prazer: Teatro e leitura despertando a criatividade*”. De acordo com o Referencial Curricular do Tocantins (2008, p. 30):

Constata-se que é possível e eficaz alfabetizar com o uso de textos interessantes e relevantes, pois estes, assim como os de frases descontextualizadas e às vezes inimagináveis, também apresentam todas as letras e sons; para isso o professor deve reorganizar sistematicamente partido sempre de textos funcionais ou lúdicos para, a partir daí, produzirem textos coletivos e individuais e a conhecerem as letras e os sons parecidos ou iguais. (REFERENCIAL CURRICULAR DO TO 2008 P. 30)

As professoras, após saberem da ideia, aceitaram prontamente, e já nos passaram a lista dos alunos que estavam com dificuldades, na sala 41.01 iríamos trabalhar com 06 alunos, nas salas 41.02 e 31.01 eram 08 alunos e nas salas 51.01 e 51.02 eram 10 alunos. No primeiro encontro, juntamos os alunos das 05 salas para falarmos um pouco sobre o projeto, explicamos que a leitura dramática seria um exercício que iria ajudar a eles dentro da sala de aula, além disso, eles precisavam criar o hábito de ler. Como aponta Piaget (1982, apud Referencial Curricular do Tocantins 2008, p. 32), a criança tem uma forma própria e ativa de raciocinar e de aprender que evolui conforme cada estágio:

Sensório-motor (0 a 2 anos), a partir de reflexos neurológicos básicos, o bebê começa a construir esquemas de ação para assimilar o próprio meio. A inteligência é prática. O contato com o meio é direto e mediato, sem representação ao pensamento.

Pré operatório (2 a 7 anos) a criança se torna capaz de representar mentalmente pessoas e representações. Sua percepção é global sem discriminar detalhes, e deixa-se levar pela aparência, sem relacionar aspectos. É centrada em si mesmo, pois não consegue colocar-se, abstratamente, no lugar do outro.

Operatório concreto (7 a 11 anos), nessa fase a criança já é capaz de relacionar diferentes aspectos e abstrair dados da realidade. Não se limita a uma representação imediata, não depende do mundo concreto para chegar à abstração. Desenvolve a capacidade de refazer o trajeto mental, voltando ao ponto inicial de uma situação.

Lógico formal (12 anos em diante) a representação agora permite a abstração total. A criança não se limita mais à representação imediata nem somente às relações previamente existentes, mas é capaz de pensar em todas as relações possíveis logicamente.

Seguindo a linha de estudo de Piaget, os alunos envolvidos no projeto estavam no estágio operatório concreto que são crianças de 07 a 11 anos, nessa fase como explica Piaget et al (1982, apud Referencial Curricular do Tocantins (2008, p. 32) “a criança já é capaz de se relacionar em diferentes aspectos”.

Pensando nisso, após explicarmos sobre como procederiam nossos encontros com eles, resolvemos aplicar um jogo chamado “*coelhinho sai da toca*”. O jogo funcionou da

seguinte forma, dividimos as crianças em grupos de três, duas ficam de mãos dadas formando a toca e a terceira fica no meio representando o coelho, como se pode ver na foto três.

Figura 3 – Jogo coelho sai da toca



Fonte – acervo próprio (2017).

Deixamos também duas crianças sem toca no centro da área, quando tudo estava pronto uma de nós estagiárias dizia: "Coelhinho, sai da Toca" e todos mudavam de toca, as crianças que estavam no centro tinham que tentar ocupar as tocas que estavam vazias enquanto as demais procurariam uma nova toca, quem ficava sem toca, iria para o centro e o jogo recomeçava. O objetivo do jogo naquele momento era quebrar a timidez, proporcionar uma aquecida nos alunos, trabalhar com atenção e familiarizar cada um deles com nosso espaço de trabalho que era na biblioteca com se pode ver na foto 04.

Figura 4 – espaço utilizado para as aulas



Fonte – acervo pessoal (2017).

Porém, não foi o único problema que encontramos, ainda tinha o sol que tomava conta de uma boa parte do espaço. Propomos fazer vitral na janela da foto cinco.

Figura 5 – Janela da Biblioteca



Fonte: acervo pessoal (2017).

Com os alunos na intenção de diminuir o sol, intenção que não deu muito certo, o sol era muito forte e não deixava a cola da fita segurar na janela, então resolvemos colocamos umas cortinas como se pode ver na foto, dessa forma conseguimos fazer com que as aulas tivessem maior proveito e que o sol não fosse um empecilho para nossas aulas. Vale ressaltar que sempre iniciávamos a aulas com um jogo na intenção de deixar os alunos mais a vontade e assim já estimular a concentração deles e não deixando de cumprir com o objetivo de ajudar os alunos com a leitura e escrita.

Figura 6 – enchendo os balões.



Fonte – acervo próprio (2017)

Seguindo esse foco procuramos aplicar o jogo do balão, como se ver na foto seis, que funcionava da seguinte forma, distribuímos um balão para cada aluno e colocamos um papel com algumas palavras dentro de cada um dos balões, pedimos para cada aluno enchesse seu próprio balão. Em seguida todos deveriam jogar os balões para o alto até ouvir o comando de pare, e no mesmo ato teriam que pega e estourar o balão. Ao estourar o balão, eles pegariam o papel e teriam só dois minutos para criar frases criativas com as palavras que estavam dentro do balão, como se ver na foto sete.

Figura 7 –Montando Frases com palavras que estavam nos balões



Fonte – acervo próprio (2017)

Segundo Montessori (1965, apud Referencial Curricular do Tocantins 2008, p. 32) o professor tem que exercer o papel de facilitador dentro da sala de aula:

O professor em sala de aula desempenha melhor o seu papel quando age como facilitador, conduzindo as crianças e adquirirem independência e autoconfiança. Nesse processo de alfabetização, é necessário que este educador compreenda as fases pelas quais a criança passa: (apud REFERENCIAL CURRICULAR DO TOCANTINS 2008, p. 32).

Muitos alunos ficaram receosos, com medo de não conseguir ler ou escrever coreto o que estava escrito dentro do balão, para amenizar o medo deles, decidimos que o coleguinha poderia ajudar o outro na leitura com se pode ver na foto oito e dessa forma alcançamos mais um objetivo que era a socialização entre eles.

Figura 8 – Momento em que os alunos estavam lendo as frases



Fonte – acervo próprio (2017)

Segundo o referencial curricular do TO (2008, p.) “a porta de entrada da linguagem teatral é o jogo. Jogo regado que é jogado no tempo-espaço fictício e metafórico do palco. Quando penetramos nessa linguagem, esse tempo e espaço nos obrigam e convidam à ação”. E assim passamos a trabalhar com a leitura dramática usando às peças “O tesouro de Emília” e o “Palhacinho infeliz”.

Eu já havia trabalhado com estes textos na disciplina de Teatro de Formas Animadas no curso de licenciatura em Artes Cênicas. A escolha desses textos para o projeto: *Arte de ler encenada com prazer: Teatro e leitura despertando a criatividade*. Foi a linguagem simples de compreensão que era de acordo com a idade dos alunos e sem esquecer o mais importante, a mensagem de reflexão que cada um dos textos abordava. Iniciamos alguns ensaios e percebemos que o tempo não seria suficiente para termos uma culminância do projeto, conforme o desejo de todos envolvidos.

Pensamos então em outra possibilidade, em alguns encontros realizamos contação de história do livro “Sabedoria em Parábolas” com se pode ver na foto 09, e percebemos o quanto eles ficavam quietos e prestavam muita atenção quando estávamos contando as histórias. Assim decidimos trabalhar com contações de histórias com objetos.

O ato de contar história é uma arte muito antiga da humanidade, que era muito usada pelos nos avós, e que hoje em dia esta cada vez mais ficando distante da vida das crianças. Um dos causadores desse distanciamento e devido ao uso exagerado dos equipamentos tecnológicos.

Figura 9 – Leitura do livro: Sabedoria em Parábolas.



Fonte – acervo próprio (2017)

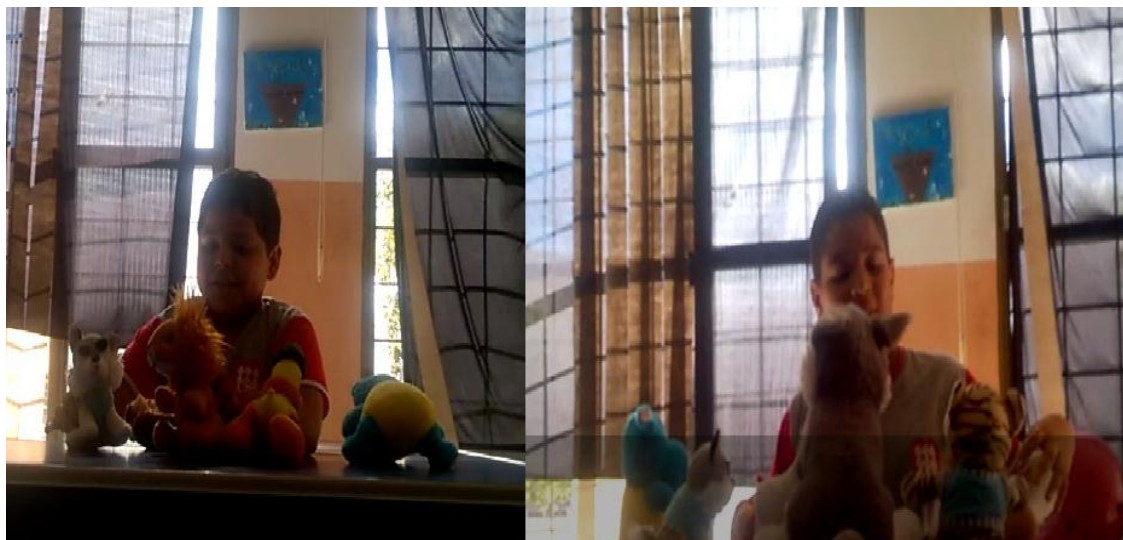
Pensando na arte de contar história resolvemos traçar um novo caminho para o projeto. Pedimos que eles fizessem leituras curtas de história infantil em casa, e que no próximo encontro eles teriam que nos entregar um texto manuscrito dessa mesma história. Dessa forma o projeto continuaria estimulando a leitura no processo de aprendizagem do aluno. No dia da entrega da história, resolvemos levar brinquedos de acordo com a idade deles, arrumamos o espaço da biblioteca dessa vez diferente, com vários brinquedos espalhados pelo espaço e propomos que eles contassem suas histórias usando esses brinquedos.

Porque o ato de contar história exerce uma experiência que ajuda a desenvolver um vínculo interacional entre o contador e o ouvinte. Contar ou inventar história exerce uma alegria nas crianças e para complementar este pensamento Silva e Miranda (2012, p.3) afirma que:

As abordagens com os contos possibilitam a crianças mergulhar no mundo da fantasia que se mistura com o real, desabrochar situação do inconsciente, mergulhar no universo simbólico e permitem que as crianças se deparem na luta do bem e do mal, do herói do anti-herói, elas se comparam e se identificam com estes conflitos. (SILVA e MIRANDA 2012, p. 3).

Primeiramente mostramos como era e depois deixamos por conta deles com se pode ver nas fotos 10. Esse momento foi muito gratificante, era muito lindo ver a criatividade fluindo, alguns faziam as falas dos personagens, outros por serem muito tímidos falavam baixinho, e mesmo assim contavam suas histórias.

Figura 10 – Contação de história com objetos



Fonte – acervo próprio (2017)

Foram dias bastante construtivos, fizemos esse trabalho em diversos encontros e cada um era uma nova história. Apesar dos encontros terem sido construtivos não tiver a culminância do projeto. Mas apesar disso, vale destacar que tivemos benefícios importantes como a timidez de alguns alunos, que foram modificadas no decorrer de cada encontro, principalmente depois que começamos a desenvolver a contação de história com os objetos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio, além de favorecer a construção de saberes, a reflexão e a práxis educativa em Artes Cênicas, oferece ao educando a oportunidade de colocar em prática o conhecimento adquirido nas aulas teóricas.

O estágio reflete a preocupação com a formação do professor, que não é coisa recente aqui no Brasil, cada período foi marcado por fatos econômicos, políticos e culturais, sendo que no período de 1827 até 1890 que Saviani denomina de *Ensaio intermitentes de formação de professores*, encontramos algumas características que descreve a disciplina de estágio.

Somente em 1930 que o estágio passou a fazer parte do currículo da formação acadêmica, sendo que na década de 1940 começaram a surgir normas legais que buscavam regulamentar o estágio supervisionado.

Em 2008, a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes, regulariza, define o estágio e onde ele deve ocorrer. Essa etapa do ensino superior passa a ser considerado uma importante ferramenta pedagógica no desenvolvimento dos profissionais de licenciatura, tornando o mesmo um componente curricular essencial para realizar o confronto da teoria ensinada nas universidades com a prática vivenciada nos locais campos de estágio.

No tópico que aborda sobre a trajetória do estágio na escola campo, onde ocorreram o Estágio I e o Estágio II de observação participativa e durante o período de estágio, eu me deparei com algumas problemáticas, dentre elas, destacam-se: turma cheia, falta de espaço e de tempo insuficiente; outra dificuldade era a falta de espaço nas salas de aulas que dificultava a realização de determinadas atividades de Artes Cênicas, assim como o limite de tempo nem sempre dava pra finalizar um exercício prático, e essa situação dificultava a realização de algumas atividades de ensino e aprendizagem do universo do teatro. O ponto positivo observado foi que a escola está parcialmente adaptada com rampas, portas alargadas, sinalização, sanitários adaptados e sala de recursos multifuncional.

O tópico sobre as políticas públicas que garantem a inclusão escolar evidenciou que a escola campo do estágio busca se adaptar à realidade inclusiva, visto que a inclusão de pessoas com deficiências ou necessidades especiais de aprendizagem, seja na própria família, na educação, no meio social ou no mundo do trabalho deve ser foco de todo profissional que lida com o ser humano.

O último tópico aborda sobre o Projeto de intervenção: *A Arte de Ler encenada com prazer: Teatro e leitura despertando a criatividade*, que visualizava colocar em prática toda experiência adquirida e os obstáculos superados, que foram encontrados nesse um ano e meio de estágio, foi executado o IV projeto de intervenção, onde foi dada ênfase em todo o processo criativo que foi desenvolvido no referido projeto.

Encerrando, conclui-se que o estágio supervisionado foi de suma importância para aprofundar conhecimentos, para a reflexão sobre a prática educativa em Artes Cênicas, bem como representou a oportunidade de entrar em contato com o contexto escolar e seus atores, de conhecer a realidade, os desafios e as conquistas dos envolvidos no processo educativo. A oportunidade que o estágio nos oferece enquanto discentes e futuros educadores, nos fazem encarar as contingências diárias de uma sala de aula e perceber o quão gratificante é o ato de ensinar e aprender.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

_____. **Normas para a organização e realização de estágio de alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional.** Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb35_03.pdf>. Acesso dia 02 Maio 2019.

_____. **A Consolidação da Inclusão Escolar no Brasil 2003 a 2016.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/a-consolidacao-da-inclusao-escolar-no-brasil-2003-a-2016.pdf>>. Acesso dia 04 Maio 2019.

_____. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais.** Ministério da Justiça. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). 2º Ed. Brasília: CORDE, 1997.

_____. **Decreto das Escolas de Primeiras Letras**, de 15 de outubro de 1827. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm>. Acesso dia 20 Abril 2019.

_____. **Educação especial: tendências atuais.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Salto para o Futuro: Educação Especial: tendências atuais / Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED. (Série de Estudos. Educação a Distância, v.9). 1999.

_____. **Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977.** Dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L6494.htm>>. Acesso dia 02 Maio 2019.

_____. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso dia 25 Abril 2019.

_____. **Manual de Acessibilidade Espacial Para Escolas: o direito à escola acessível.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Disponível em <<http://www.plataformadoletramento.org.br/guia-de-mediacao-de-leitura-acessivel-e-inclusiva/arquivos/ManualAcessibilidadeEspacialEscolas.pdf>>. Acesso dia 25 Abril 2019.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: arte.** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 130p.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Inclusiva. 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva>. Acesso dia 26 Abril 2019.

ALMEIDA JUNIOR, José Simões de. **Reflexões acerca do estágio curricular na formação do professor licenciado em teatro.** Educação em Revista | Belo Horizonte | v. 29 | n. 02 | p. 43-64| jun. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/edur/v29n2/aop_139.pdf>. Acesso dia 26 Abril 2019.

ANDRADE, Rosana Cássia Rodrigues e RESENDE, Marilene. **Aspectos legais do estágio: uma retrospectiva histórica.** Disponível em <<http://www.ead.unimontes.br/multitexto/index.php/rmcead/article/view/36/24>>. Acesso dia 02 Maio 2019.

BERNARDY, Katieli¹ e PAZ, Dirce Maria Teixeira. **Importância do estágio supervisionado para a formação de professores.** XVII Seminário Internacional de Ensino, Pesquisa e Expansão. XV Mostra de Iniciação Científica. X Mostra de Expansão. De 6, 7 e 8 de novembro de 2012. Disponível em <<https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2012/ccs/importancia%20do%20estagio%20supervisionado%20para%20a%20formacao%20de%20professores.pdf>>. Acesso dia 21 Abril 2019.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** (3ª reimp.). Rio de Janeiro: Elsevier.

BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fenández; PUENTES Roberto Valdés. **Formação de Professores no Brasil: História, Políticas e Perspectivas.** Revista HISTEDBR [on-line], v. 11, n.º 42, p.94-112, Junho 2011. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639868>>. Acesso dia 27 de Março 2019.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Planalto.gov.br. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm> Acesso dia 12 de Abril 2019.

BRITO, Rosa Mendonça de. **Breve Histórico do Curso de Pedagogia no Brasil.** Diretora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. Doutora em Filosofia e professora no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGÉ. [S.I] [2015?]. Disponível em: <http://files.pedagogiahorizonte.webnode.com/.../1breve_historico_curso_pedagogia.pdf>. Acesso em 25 de Abril 2019.

CASTANHA, André Paulo. **A introdução do método Lancaster no Brasil: história e histografia.** IX ANDPED Sul. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012. Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1257/12>>. Acesso dia 25 Abril 2019.

COLOMBO, Irineu Mario e BALLÃO, Carmen Mazepa. **Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 53, p. 171-186, jul./set. 2014. Editora UFPR. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n53/11.pdf>>. Acesso dia 27 Abril 2019.

CURADO, Adriano. **O que foi o Ato Adicional de 1834?** Postado em 28/12/2018. Disponível em <<https://conhecimentocientifico.r7.com/o-que-foi-o-ato-adicional-de-1834/>>. Acesso dia 02 Maio 2019.

CURY, Augusto Jorge. 1958 – Pais brilhantes, professores fascinante/ Augusto Cury. Rio de Janeiro: Sextante. 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Estágio Supervisionado na formação docente**. In: LISITA, Verbena Moreira; SOUSA, Luciana Freire (org.). Políticas Educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 113-122.

FLORENTINO, Adilson e TELLES, Narciso (orgs). **Cartografias do ensino do teatro**. – Uberlândia: EDUFU, 2009. Disponível em <[http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/e-book cartografias do teatro 2009 0.pdf](http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/e-book%20cartografias%20do%20teatro%202009%200.pdf)>. Acesso dia 02 Maio 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 25ª ed.– (Coleção Leitura). 1996.

FUSARI, Maria F. de Resende e FERRAZ, Heloisa. **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 1993. IAVELBERG, R. Para Gostar de Aprender Arte: sala de aula e formação de professores. Porto Alegre: Artmed, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS GURUPI. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes Cênicas de 2014**. Disponível em <<http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/ppc/campus-gurupi/licenciatura-em-artes-cenicas>>. Acesso dia 05 de Janeiro 2019.

JANUARIO, Gilberto. **O Estágio Supervisionado e suas contribuições para a prática pedagógica do professor**. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA E INVESTIGAÇÕES DE/EM AULAS DE MATEMÁTICA, 2, 2008, Campinas. Anais: II SHIAM. Campinas: GdS/FE-Unicamp, 2008. V. único. P. 1-8. Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/MATEMATICA/Artigo_Gilberto_06.pdf>. Acesso em 21 Abril 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**, 2003. Disponível em <<https://www.passeidireto.com/arquivo/31899755/5a-mantoan-inclusao-escolar-livro-2003-5>>. Acesso dia 27 Abril 2019.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Educação e Contemporaneidade**. Revista da FAEEBA. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I- v. 1, n. 1 (jan./jun., 1992) – Salvador: UNEB, 1992.

MARRAN, Ana Lúcia; LIMA, Paulo Gomes. **Estágio curricular supervisionado no ensino superior brasileiro: algumas reflexões**. Revista e-curriculum, São Paulo, v.7 n.2 setembro O 2011. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Programa de Pós-graduação Educação: Currículo Revista e-curriculum ISSN: 1809-3876. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/6785/4910>>. Acesso dia 30 Abril 2019.

MARTINHO, Claudia Izabel Albuquerque. **Síndrome de Down – descobrindo e trabalhando com a inclusão na educação infantil**. Disponível em <<https://www.ebah.com.br/content/ABAAABP6kAE/artigo-cientifico-sindrome-down>>. Acesso dia 04 de Maio 2019.

MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. **Educação especial e educação inclusiva: dicotomia de ensino dentro de um mesmo processo educativo**. VIII Congresso de Pesquisa em Educação. III Congresso Internacional – mtrabalho docente e processos educativos. Universidade de Uberaba. Campus Aeroporto. De 22 a 24 de setembro de 2015. História da formação de professores; Leonor Maria Tanuri Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>>. Acesso dia 01 de abril 2019.

MORAIS, Renant Araújo. **A Escola de Primeiras Letras no Brasil Império (1822-1889) Precariedade e Exclusão**. [S.L.] 2017. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>. Acesso dia 25 Abril 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, ONU, 2006. Disponível em <<https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaoess-oascomdeficiencia.pdf>>. Acesso dia 01 Maio 2019.

PERES, Dayane Garret e MARTINS, Guaraci da Silva Lopes. **Reflexões sobre o estágio supervisionado: a pedagogia do teatro no ensino médio**. O Mosaico Revista de Pesquisa em Artes da Faculdade de Artes do Paraná - Número 5 – jan./jun 2011. Disponível em <<https://www.google.com/search?q=REFLEX%C3%95ES+SOBRE+O+EST%C3%81GIO+SUPERVISIONADO%3A+A+PEDAGOGIA+DO+TEATRO+NO+ENSINO+M%C3%89DI>>. Acesso dia 26 Abril 2019.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** / Selma Garrido Pimenta. - 11. Ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

PINHEIRO, Maricélia Andrade. **A Contribuição da Família no Processo de Socialização de Crianças com Síndrome de Down**. 2011. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/a-contribuicao-da-familia-no-processo-de-socializacao-de-criancas-com-sindrome-de-down/68923/>>. Acesso dia 05 de Maio 2019.

PINTO, Carlla Emanuella Barreto. **Considerações Acerca da Legislação de Estágio no Brasil** [manuscrito] / Marlla Emanuella Barreto Pin to – 2013. Disponível em <<https://dspace.bc.uepb.edu.br/.../PDF%20-%20Marlla%20Emanuella%20Barreto%20Pinto.pdf>>. Acesso dia 28 Abril 2019.

REVERBEL, Olga. **Um Caminho do Teatro na Escola**. São Paulo: Scipione, 1997.

RODRIGUEZ, Fernando Travassos. **O Indivíduo com Síndrome de Down e a Inclusão Familiar**. Publicado em 12 de outubro de 2011. Disponível em <<https://pauloliberalesso.wordpress.com/2011/10/12/sindrome-de-down-e-a-inclusao-familiar/>>. Acesso dia 28 Abril 2019.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio do Curso de Administração: Guia para Pesquisas, Projetos e Trabalho de Conclusão de Curso**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
SANTOS, Bárbara Ferreira. **Jornal Estadão de São Paulo**, 23 de abril de 2014. Disponível em < <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,67-5-dos-docentes-do-fundamental-nao-tem-habilitacao-na-area-em-que-dao-aula,1157521> >. Acesso dia 29 de abril 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. 7º Ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997. Disponível em <<http://abrimeucaderno.blogspot.com/2017/08/resenha-do-texto-inclusao-construindo.html>>. Acesso dia 28 Abril 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de Professores: Aspectos Históricos e Teóricos do Problema no Contexto Brasileiro**. Revista Brasileira de Educação [online], Abr. 2009, vol.14, n.º40, p.143-155, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf> >. Acesso dia 27 Março 2019.

SCALABRIN, Izabel Cristina e MOLINARI, Adriana Maria Corder. **A Importância da Prática do Estágio Supervisionado nas Licenciaturas**. Disponível em <http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol7_n1_2013/3_a_importancia_da_pratica_estagio.pdf>. Acesso dia 20 Abril 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Referencial Curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano**. 2ª edição / Secretaria de Educação e Cultura – TO / 2008.

SPOLIN, Viola 1906-1994. **Jogos Teatrais para a Sala de Aula: Um Manual para o Professor**/ Viola Spolin;[tradução Ingrid Dormien Koudila] – 2. Ed. São Paulo: Perspectivas, 2010.

STAHL, Luana Rosalie e SANTOS, Camila Fleck dos. **O Estágio nos Cursos de Licenciatura: Reflexões sobre as Práticas Docentes**. IX ANPED Sul. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012. Disponível em <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1351/462> >. Acesso dia 29 Abril 2019.

VASCONCELOS, Teresa Cristina. **Inserção de Estudantes de Pedagogia em Escolas Públicas por meio do PIBID**. Disponível em <http://www.editorarealize.com.br/revistas/eniduepb/trabalhos/Modalidade_6datahora_31_10_2013_11_02_47_idinscrito_234_cce6e188b19ab2f579a12bc770510734.pdf>. Acesso dia 29 Abril 2019.

ANEXOS

PEÇA TEATRAL: O TESOIRO DA EMÍLIA

Personagens da primeira cena

Pedrinho

Narizinho

Emília

(Primeiro cenário: Uma pequena sala com um carpete cheio de brinquedos)

Primeira cena

(Pedrinho e Narizinho estão na sala Brincando, quando entra Emília, toda afobada).

PEDRINHO: Quê isso, menina? Por que toda essa afobação?

NARIZINHO: É mesmo? Tá com cara de quem viu fantasma!

EMÍLIA: Se existe fantasma, eu não sei! Mas acabei de encontrar um tesouro!

PEDRINHO E NARIZINHO: *(Juntos)* Um tesouro?!

EMÍLIA: *(Fazendo sinal de silêncio)* Psiu! Falem baixo! Então querem que todos saibam do meu tesouro?

PEDRINHO: Que tesouro é esse, boneca?

NARIZINHO: Com certeza, está aprontando mais uma das suas, não é Emília?

EMÍLIA: *(Coloca a mão no peito)* Estão duvidando de mim? Então esperem um pouco.

(Emília sai e volta com um baú nas mãos, desconfiada, com medo de que alguém veja).

PEDRINHO: É só um baú! O que tem de mais?

EMÍLIA: Está muito bem trancado! Logo só pode ser um tesouro com algo muito valioso.

NARIZINHO: *(Curiosa vai logo pegando o baú)* Então vamos abrir logo!

EMÍLIA E PEDRINHO: *(fazem sim com a cabeça).*

NARIZINHO: Pedrinho, pega alguma coisa para abrir o baú.

PEDRINHO: Espera só um pouco meninas, vou buscar alguma coisa para abrir. *(Sai e volta com uma chave de fenda).*

EMÍLIA: Olha, lá! Com cuidado para não estragar nem uma moedinha!

(Pedrinho faz força e o baú se abre. Narizinho e ele olham dentro, menos a Emília).

PEDRINHO E NARIZINHO: *(juntos)* Um l...?!

EMÍLIA: Shhhhh. Não vão contar pra todo mundo, né?

NARIZINHO: Emília, você encontrou mesmo um tesouro. Mas ele pertence a todos.

EMÍLIA: *(Revoltada)* Ora, essa! Eu encontro meu tesouro e agora vou ter de dividir com os outros?

PEDRINHO: *(Tirando o livro de dentro do baú)* Veja só, Emília! Que lindo tesouro você encontrou!

EMÍLIA: *(Cara de triste)* O quêeeee?! E eu pensando que era algo muito valioso!

NARIZINHO: Mas todo livro é mesmo um tesouro Emília, e deve ser dividido com todos.

EMÍLIA: *(Espantada)* Agora querem rasgar o livro!

PEDRINHO: Não Emília! Significa que ele tem que ser compartilhado, porque todo livro traz algumas mensagens. *(Senta no chão)* Vamos ver qual mensagem esse livro traz? *(Pega o livro e abre).*

PEÇA TEATRAL: O PALHACINHO INFELIZ

Personagens da segunda cena

Beto

Margarida

Paçoca – Palhaço

(Segundo cenário, uma praça com dois banco e folha no chão. Margarida está sentada no banco, tomando soverte).

BETO: (Chegar) Olá, Margarida!

MARGARIDA: Oi, Beto!

BETO: Você viu?

MARGARIDA: Você viu o quê, Beto?

BETO: Você viu o circo que chegou à cidade?

MARGARIDA: Eu não, mas vi um desfile com muita música e carro cheio de animais.

BETO: Foi o circo que chegou à cidade.

MARGARIDA: Beto escuta só! Você está escutando alguém chorando?

(Alguém chora atrás do outro banco)

BETO: Estou. De onde vem este choro?

PALHAÇO: Buá! Buá! Buá!

BETO E MARGARIDA: Um palhaço chorando.

BETO: Oh, seu palhaço! Por que você está chorando?

MARGARIDA: Não sabia que palhaço chorava. Achava que só fazia palhaçadas.

BETO: O que houve?

MARGARIDA: É, vamos! Fala o que houve?

PALHAÇO: Sabe o que é? Eu consigo fazer todo mundo feliz, mas eu sou tão triste. Por trás desta máscara, eu escondo a minha Infelicidade.

MARGARIDA: Acalme-se seu, seu...

PALHAÇO: Paçoca. Meu nome é Paçoca, todos me chamam assim.

MARGARIDA: Acalme-se, Paçoca, nós estamos aqui e queremos ajudá-lo.

BETO: Qual é o seu problema?

PAÇOCA: Ninguém pode me ajudar. Ainda mais vocês, crianças. Eu já fui ao médico, ele me deu remédios e não resolveu meu problema. Procurei um amigo, e todos estavam ocupados. Ninguém pode me ajudar!

BETO: Por que você está doente?

PAÇOCA: Não, não estou, tenho muita saúde.

MARGARIDA: Está precisando de dinheiro?

PALHAÇO: Não, eu sou muito rico. Eu quero alegria e ninguém pode me dar nem ajudar. Se pelo menos eu pudesse comprar, mas nem isso posso. Olha que eu já procurei em tudo que é lugar.

BETO E MARGARIDA: Ah! Então é fácil!

PAÇOCA: Fácil, como fácil? Vocês sabem de alguma solução?

BETO: Puxa, eu estava pensando que fosse um problema grave.

PAÇOCA: É grave, pois faço as pessoas sorrirem, se divertirem e, no entanto, por trás da minha máscara, sou tão infeliz.

BETO: É fácil, Paçoca, você só precisa descobrir uma pessoa muito especial.

PAÇOCA: E quem é essa pessoa tão especial.

BETO: Espere um pouco que já vou apresentá-la a você. *(pega um espelho que esta dentro da sua bolsa)* Está aqui a pessoa que pode fazer você feliz. *(mostra o espelho para paçoca).*

PAÇOCA: Ei, mas este sou eu!

MARGARIDA: É isso aí! Você é a pessoa que pode te fazer feliz. Você tem procurado a felicidade em outros lugares. E a felicidade não se compra em supermercados ou lojas. Ela está dentro de nós mesmos. É só procurar.

PAÇOCA: E não é que vocês têm razão? Já estou até me sentindo feliz! *(Dar um abraço nas crianças)* Obrigado! E não deixem de me ver no circo. Tchau!